



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS 2025

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2025

Minupar Participações S.A.

COMPANHIA ABERTA - CÓDIGO CVM 13.765
CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161
AV. SEN. ALBERTO PASQUALINI, 1.535 - BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO - LAJEADO (RS)
CÓDIGO DE NEGOCIAÇÃO NA BM&FBOVESPA: MNPR3

MINUPAR

PARTICIPAÇÕES S.A.

Sumário

1.	Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	3
2.	Relatório da administração.....	9
3.	Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis.....	23
4.	Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes.....	24
5.	Parecer do conselho fiscal.....	25
6.	Balço Patrimonial.....	26
7.	Demonstrações de Resultados.....	27
8.	Demonstrações dos fluxos de caixa.....	28
9.	Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido.....	29
10.	Demonstração do Resultado Abrangente.....	30
11.	Demonstração do Valor Adicionado.....	31
12.	Notas Explicativas.....	32

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**



Aos Acionistas e Administradores da
Minupar Participações S/A
Lajeado – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Minupar Participações S.A. ('Companhia'), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Minupar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para contingências

Conforme mencionado na nota explicativa número 19 – provisão para contingências, o grupo possui o equivalente a R\$ R\$ 37.105 em processos judiciais passivos, cuja probabilidade de perda

é considerada como possível, e o equivalente a R\$ 9.669 em processos judiciais passivos cuja probabilidade de perda é provável, sendo estes de naturezas cível, trabalhista e tributária. Estas causas dependem de um desfecho a partir de decisão de terceiros, seja nos âmbitos judiciais ou administrativos, para que possíveis efeitos contábeis sejam registrados. Portanto, na avaliação dos possíveis impactos contábeis, a Administração executa um alto julgamento, em conjunto com seus assessores jurídicos, na determinação da probabilidade de perda, bem como o valor a ser provisionado ou não. Devido ao alto julgamento envolvido e à relevância dos saldos, este foi considerado como um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Análise crítica conceitual das premissas utilizadas na elaboração do cálculo;
- Obtenção da confirmação junto aos assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas investidas, acerca do prognóstico de perda e valor estimado, bem como confronto com os controles da administração;
- Inspeção dos controles e revisão matemática dos cálculos e controles da administração;
- Análise retrospectiva das despesas realizadas com acordos e pagamento de indenizações.
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão adequadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologia de cálculo, bem como os efeitos apresentados no balanço patrimonial e no resultado, considerando que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão adequadas, quando tomadas em conjunto.

Reconhecimento dos efeitos da transação tributária

Conforme mencionado na nota explicativa número 1.2 – Continuidade operacional, a controlada Companhia Minuano Alimentos S.A. finalizou, em 28 abril de 2025, a negociação de uma dívida tributária federal, a qual estava reconhecida no passivo circulante consolidado, pelo montante de R\$ 516.578 mil.

Como resultado desta negociação, a dívida foi reduzida para o montante de R\$ 78.031 mil. Os efeitos contábeis foram reconhecidos no resultado, gerando um ganho de R\$ 222.165 mil na receita financeira e R\$ 109.201 mil em outras receitas e R\$ 107.181 mil na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

Esta operação gerou diversos efeitos financeiros, diretos e indiretos, como mudança no cenário de risco de continuidade operacional, redução significativa dos passivos circulantes, reversão do patrimônio líquido a descoberto, geração de lucro relevante no exercício, bem como reconhecimento de impostos diferidos. Desta forma, o assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Análise crítica conceitual das premissas utilizadas no reconhecimento contábil dos efeitos, bem como da apresentação destes;
- Obtenção e inspeção da documentação dos termos da negociação;
- Acompanhamento da extração e obtenção dos extratos atualizados da dívida e parcelamento, no ambiente da receita federal;

▪ Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão adequadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis os montantes contabilizados, bem como os efeitos apresentados no balanço patrimonial e no resultado, considerando que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão adequadas, quando tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor que, em seu relatório de auditoria, datado de 28 de março de 2025, expressou opinião não modificada sobre essas demonstrações.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento

Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir

a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

▪ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 14 de março de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2

MINUPAR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2025

Destaques de 2025

Lucro Líquido: R\$ 516,1 milhões (Reversão de prejuízo)

Patrimônio Líquido: R\$ 189,7 milhões (Positivo)

EBITDA Ajustado: R\$ 79,5 milhões (+22% vs. 2024)

Passivo Tributário: Equacionado (Redução de ~R\$ 438 milhões via Transação)

Investimentos: R\$ 74 milhões em modernização (Lajeado/RS)

Prezados(as) Senhores(as),

A Administração da Minupar Participações S.A. ("Minupar" ou "Companhia") tem a satisfação de apresentar os resultados e o panorama das suas operações, a fim de submeter à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Os documentos consolidados compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A., e de sua controlada indireta e braço operacional, Companhia Minuano de Alimentos ("Minuano" ou "Controlada"), elaborados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O exercício de 2025 é marcado por importantes passos no processo de retomada da estabilidade econômico-financeira da Companhia, caracterizado pela reestruturação estratégica do passivo tributário mediante a implementação efetiva dos termos da transação tributária celebrada com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), e pelo projeto de investimentos na unidade industrial de Lajeado, voltados à ampliação da capacidade produtiva e à modernização operacional.

1 Mensagem da Administração

O ano de 2025 representou um divisor de águas na trajetória da Minupar. Após superarmos os eventos climáticos extremos que marcaram o histórico recente do Vale do Taquari, região onde estão localizadas as operações da Minuano, focamos nossos esforços na reestruturação estratégica e financeira, alcançando marcos decisivos para a perenidade do negócio.

Com uma gestão austera e orientada para resultados, celebramos a transação tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), equacionando um passivo histórico e revertendo o patrimônio líquido negativo da Companhia — uma conquista que resgata nossa capacidade de investimento e crédito. Simultaneamente, garantimos a estabilidade operacional com a renovação de contratos de longo prazo e avançamos na governança corporativa através do desdobramento de ações e da aprovação de uma política de destinação de resultados transparente.

Como resultado desse intenso processo de reestruturação e fortalecimento financeiro, o exercício de 2025 marca um momento especialmente significativo na história da Companhia: a retomada da remuneração aos seus acionistas, após mais de 25 anos desde a última distribuição de dividendos. A Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária a distribuição do dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, no montante total de R\$ 9.226 milhões, equivalentes a R\$ 0,13 por ação ordinária, considerando a atual base acionária após o desdobramento realizado no período.

Este anúncio carrega um significado que transcende os números. Representa a superação de um ciclo desafiador, a consolidação de uma estrutura de capital equilibrada e, sobretudo, a reafirmação da

confiança no futuro da Companhia. Após anos de ajustes estruturais e disciplina financeira rigorosa, voltamos a compartilhar diretamente com nossos acionistas os frutos da recuperação e da geração consistente de resultados.

Este relatório detalha não apenas os números, mas a resiliência de nossa operação frente a um cenário global desafiador, evidenciando capacidade de adaptação e eficiência na gestão de suas operações. A Companhia segue comprometida com a consolidação de uma estrutura financeira sólida, sustentada por uma gestão eficiente e foco em rentabilidade, reafirmando seu propósito de gerar valor de forma sustentável para todos os *stakeholders*.

Assim, agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros e acionistas pela confiança depositada na Administração durante este ciclo de transformação e fortalecimento.

2 Contexto de mercado e cenário econômico

O desempenho da Companhia em 2025 deve ser analisado sob a ótica de dois cenários distintos que influenciaram nossas linhas de negócio: a prestação de serviços e a alta volatilidade na operação própria de industrializados.

a) Cenário global: barreiras comerciais e volatilidade

O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente internacional complexo para o agronegócio. A persistência de focos de Influenza Aviária em diversos continentes, somada a movimentos protecionistas de grandes blocos econômicos — fenômeno que o mercado apelidou de "Tarifaço" —, resultou no fechamento temporário de importantes mercados importadores para a proteína animal.

Essas restrições comerciais geraram um desequilíbrio na oferta global, afetando diretamente mercados importadores estratégicos para os quais a Controlada destina seus produtos. Com canais de exportação momentaneamente bloqueados ou sobretaxados, houve um redirecionamento de volumes significativos de proteína de frango para os principais mercados de exportação da Companhia.

Adicionalmente, a variação cambial do Dólar ao longo do ano impactou diretamente nas exportações brasileiras. Como a Minuano possui forte atuação com exportação, a oscilação da moeda americana exigiu uma gestão financeira ágil para mitigar efeitos adversos na conversão de receitas.

b) Cenário nacional:

No Brasil, o desafio central foi a corrosão da rentabilidade pela inflação. O IPCA encerrou 2025 acumulado em 4,26%, mas a inflação acumulada de alimentos e custos industriais nos últimos anos manteve os custos de produção elevados.

O redirecionamento da carga de exportação para o mercado doméstico encontrou um cenário de margens comprimidas. A alta dos custos operacionais, tracionada pela inflação persistente, dificultou o repasse de preço ao consumidor final. Assim, a venda no mercado interno, embora tenha garantido o escoamento da produção, ocorre com um rendimento significativamente inferior ao projetado, impactando o resultado da operação própria.

c) Impactos na operação da Companhia

Diante dessa conjuntura, os negócios da Companhia sentiram efeitos mistos:

Prestação de serviços (industrialização): Este segmento demonstrou robustez e não sofreu impacto direto das oscilações de mercado, por operar sob contrato de prestação de serviços, sendo necessário uma revisão constante dos custos para manter a *performance* e custos.

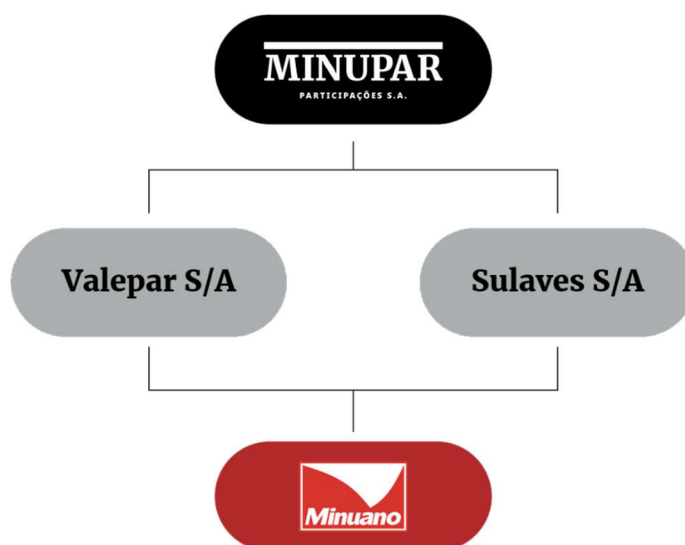
Operação própria (produção de embutidos): Esta unidade de negócio sentiu o efeito indireto adverso dos acontecimentos globais. A combinação entre a queda no volume de vendas (pela migração do consumidor para a carne *in natura*) e a pressão de margens exigiu ajustes rápidos na estratégia comercial para preservar a participação de mercado.



Diante do cenário global de alerta sanitário para a Influenza Aviária, a controlada Minuano intensificou seus protocolos de biossegurança, blindando seu plantel e unidades produtivas. Foram realizados controle de acesso rigoroso e monitoramento ativo, garantindo a continuidade das habilitações de exportação para mercados exigentes e a segurança da cadeia de fornecimento.

3 A Companhia e estrutura societária

A Minupar Participações S.A. é uma *holding* de capital aberto com sede em Lajeado/RS, que atua como controladora de um grupo empresarial focado na indústria de alimentos.



A Companhia detém mais de 99% do capital social das controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A., as quais, em conjunto, exercem o controle da Companhia Minuano de Alimentos, uma das indústrias de alimentos mais tradicionais do Sul do Brasil.

Através da Minuano, o Grupo opera em duas frentes complementares. Sua operação é diversificada entre o atendimento ao consumidor final (com marcas próprias de produtos embutidos) e a parceria estratégica com grande player do setor de alimentos, prestando serviços de industrialização com excelência técnica e sanitária.

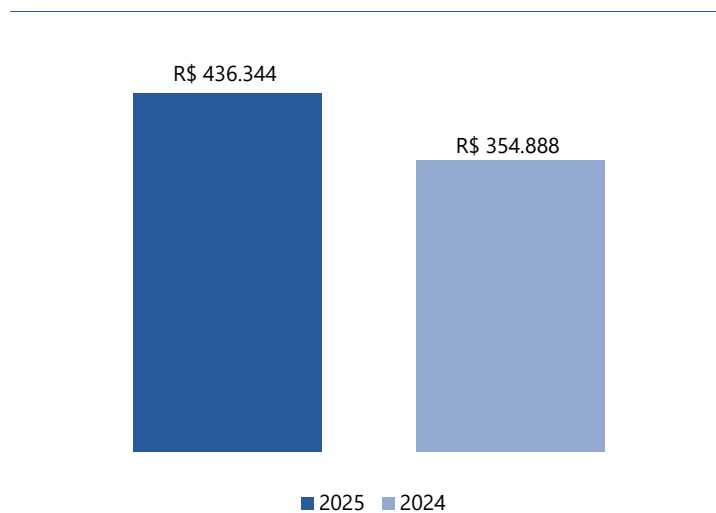
4 Análise de desempenho operacional e financeiro

A seguir, apresentamos a análise das principais contas de resultado, evidenciando a dualidade do exercício de 2025: a recuperação da performance operacional após os eventos climáticos de 2024 e os impactos extraordinários positivos decorrentes da reestruturação tributária.

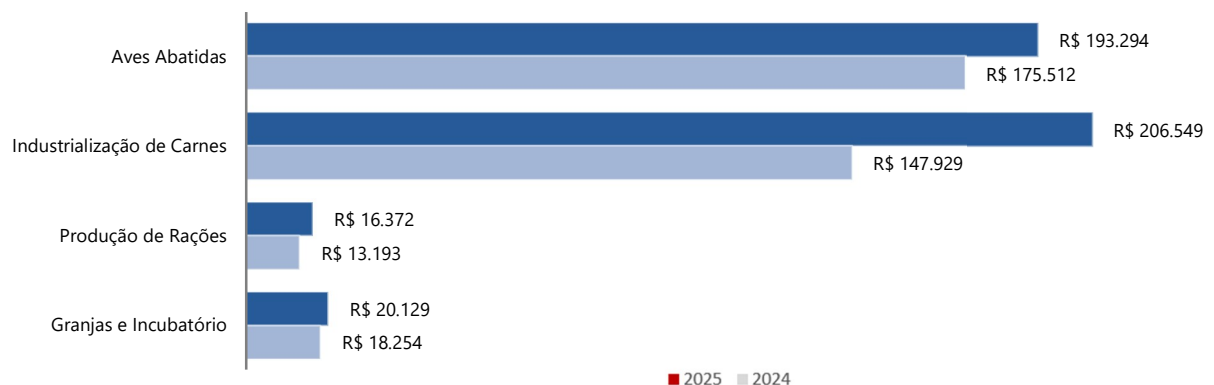
a. Receita Operacional Líquida

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, registrou uma Receita Líquida de R\$ 436.344 mil no exercício de 2025, um aumento de aproximadamente 22,95% em relação aos R\$ 354.888 mil apurados no exercício de 2024.

Esse crescimento está diretamente associado à normalização da atividade produtiva. Vale recordar que no exercício anterior (base de comparação), ela foi severamente impactada pelas enchentes no Vale do Taquari, que paralisaram parte das unidades operacionais por cerca de dois meses, reprimindo o faturamento daquele período. Com a retomada plena das operações em 2025, a Companhia restabeleceu seus níveis de faturamento.



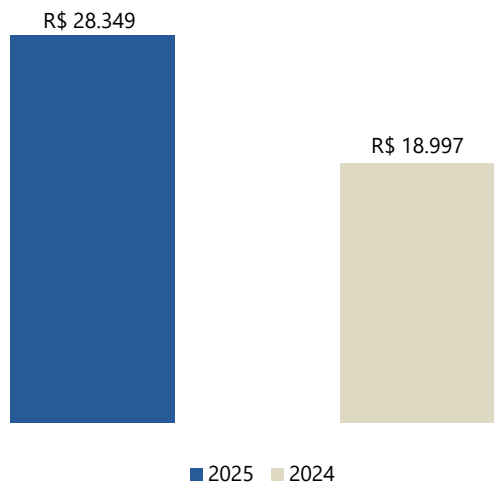
Abaixo, demonstramos um comparativo da receita líquida por atividade entre os exercícios de 2025 e de 2024.



b. Despesas gerais e administrativas

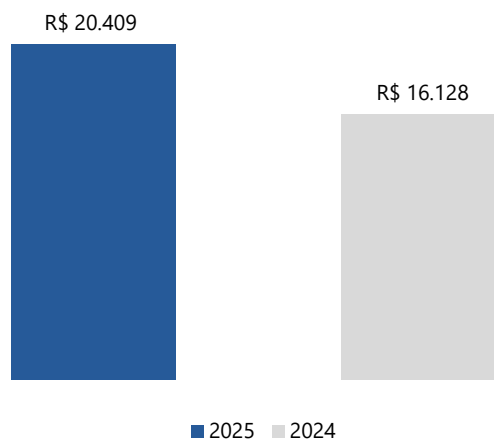
As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 28.349 para o exercício findo em 31.12.2025, em comparação a R\$ 18.997 no mesmo período de 2024, representando uma variação de 49,23%.

Este aumento reflete a normalização da estrutura de custos, especialmente a recomposição da folha de pagamento, visto que, em 2024, as despesas foram atipicamente reduzidas por medidas emergenciais adotadas durante a calamidade pública (enchentes).



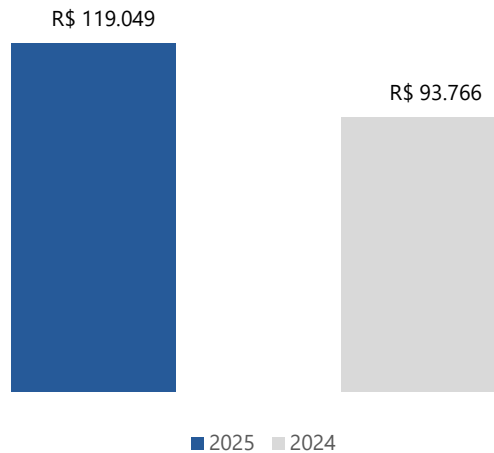
c. Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 20.409 mil no exercício de 2025 (4,68% da receita operacional líquida), ante a R\$ 16.128 (4,54% da receita operacional líquida) em 2024. O aumento nominal acompanha a retomada do volume de vendas e da logística, que haviam sido paralisados no segundo trimestre do ano anterior, em razão das enchentes que causaram paralisação temporária de duas unidades operacionais.



d. Lucro bruto

Como resultado da recuperação da eficiência produtiva da Minuano, o Lucro Bruto atingiu R\$ 119.049 mil em 2025, superando em 27% os R\$ 93.766 mil registrados no exercício anterior. Essa evolução reflete, principalmente, a normalização das operações nas unidades afetadas pelas enchentes no período comparativo de 2024.



e. EBITDA / LAJIDA

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização), como indicador preferencial para demonstrar sua capacidade de geração de caixa operacional, segregando os efeitos financeiros e contábeis que não afetam o caixa imediato. O EBITDA acumulado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresenta uma particularidade relevante, uma vez que foi significativamente influenciado pelo cenário de recuperação e pela transação tributária. O reconhecimento dos descontos obtidos gerou receitas operacionais e financeiras não recorrentes que elevaram o Lucro Líquido para R\$ 516.149 mil.

Por outro lado, os "eventos não recorrentes" demonstrados no quadro abaixo, relacionados a ajustes em Outras despesas e receitas operacionais (nota explicativa nº 25), destacam a capacidade da Companhia de ajustar suas operações em um ambiente dinâmico.

Para oferecer uma visão transparente da realidade operacional, a Administração apresenta o EBITDA Ajustado, excluindo esses efeitos extraordinários. No quadro a seguir, demonstramos o EBITDA acumulado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	516.149	12.050
(+) IRPJ/CSLL	(124.438)	4.208
(+) Resultado financeiro	(208.944)	29.779
EBIT	182.767	46.037
(+) Depreciações e amortizações	8.223	7.656
EBITDA	190.990	53.693
(+/-) Eventos não recorrentes (a)	(111.464)	11.422
EBITDA - Ajustado	79.526	65.115

Eventos não recorrentes:

Os ajustes realizados para apuração do EBITDA Ajustado visam expurgar receitas e despesas que não compõem a operação recorrente da Companhia.

Em 2025, o ajuste negativo de R\$ 111.464 mil refere-se, substancialmente, aos ganhos contábeis da anistia da dívida tributária (lançados em "Outras receitas e despesas operacionais"), que, embora positivos para o patrimônio, não representam entrada de caixa operacional.

Assim, ao analisarmos o EBITDA Ajustado de R\$ 79.526 mil (crescimento de 22% sobre 2024), confirmamos que a operação da Minuano é saudável, resiliente e capaz de gerar caixa crescente em um cenário de normalidade.

Abaixo, o quadro detalhado dos ajustes:

Eventos	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Créditos Fiscais	-	(6.761)
Provisão para Perda	-	2.717
Perdas/gastos Enchente	-	13.815
Anistia Transação Tributária	(103.581)	-
Outras Receitas Operacionais	(7.883)	1.651
Total	(111.464)	11.422

O EBIT ou LAJIR pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto o EBITDA ou LAJIDA pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, e das depreciações e amortizações.

5 Eventos estratégicos e relevantes do período

A materialização da estratégia de longo prazo da companhia se deu através de eventos estruturantes que abordaram, simultaneamente, o equacionamento do passado e a construção do futuro.

a. A conclusão da transação tributária

A celebração do termo de transação tributária com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), ocorrida em abril de 2025, segue representando um dos marcos mais relevantes na trajetória recente da Companhia, com efeitos diretos sobre sua estrutura financeira e patrimonial.

A operação foi firmada com base na Portaria PGFN nº 6.757/2022, utilizando os benefícios previstos na Portaria PGFN/MF nº 1.032/2024 (Transação SOS-RS). O acordo viabilizou a regularização integral de débitos inscritos em dívida ativa da União, cujas condições finais destacamos abaixo:

Redução do passivo: O montante original, que superava R\$ 516 milhões, foi significativamente reduzido após a aplicação de descontos legais e compensações com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

Saldo consolidado: O passivo final resultou em um saldo parcelado de aproximadamente R\$ 78 milhões, adequado à capacidade de geração de caixa da empresa.

Impacto estratégico: Com a adesão e o início regular dos pagamentos, a Companhia obteve a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPDEN), encerrando a restrição ao crédito que limitava suas operações há anos e revertendo o quadro de Patrimônio Líquido negativo.

A Companhia segue fortalecendo sua estrutura financeira e criando bases sólidas para a continuidade de seus projetos de crescimento e modernização.

b. Projeto de expansão e modernização da Unidade de Lajeado

Garantindo a perenidade operacional, a minuano firmou a renovação do "contrato de prestação de serviços de industrialização" com seu principal parceiro comercial por mais 10 anos, estendendo a parceria até 2035.

Para a continuidade da parceria, a controlada assumiu o compromisso de realizar investimentos estratégicos, para ampliação da capacidade de abate de sua unidade industrial em lajeado (rs).

Investimento: aporte estimado de R\$ 74 milhões, com execução prevista para 24 meses (início em agosto/2025).

Objetivo: ampliação da capacidade de abate de 175 mil para 200 mil aves/dia. A decisão de alocação deste capital fundamenta-se na busca por eficiência operacional e diluição de custos fixos, projetando um retorno sobre o capital investido (roic) incremental e assegurando a competitividade da companhia no longo prazo.

Retorno: a iniciativa visa diluir custos fixos através do ganho de escala, fortalecendo a competitividade e a sustentabilidade do negócio a longo prazo.

Esses investimentos fazem parte da estratégia da companhia, sinalizando a retomada de projetos estruturais após a reorganização financeira e regularização fiscal. As ações visam aumentar eficiência, reduzir custos e fortalecer a competitividade, promovendo sustentabilidade e geração de valor aos acionistas por meio de infraestrutura, mitigação de riscos e valorização dos ativos.



c. Resiliência operacional e contexto do mercado global

As enchentes ocorridas no Vale do Taquari em maio de 2024, representaram um dos maiores desafios recentes enfrentados pela Companhia, provocando paralisações temporárias e exigindo significativos esforços para a retomada das atividades.

O exercício de 2025 consolidou a recuperação da Companhia após as enchentes mencionadas, refletindo o comprometimento contínuo da Administração em fortalecer a resiliência organizacional. Os resultados evidenciam a capacidade de recuperação e adaptação, bem como, a eficácia dos planos de contingência adotados e a atuação coordenada para restabelecer sua plena capacidade produtiva, que resultaram na normalização plena das operações neste período.

Por outro lado, o cenário externo permanece desafiador. As oscilações do dólar têm influenciado diretamente as receitas de exportação, uma vez que a volatilidade cambial impacta tanto os preços de venda quanto a competitividade da Companhia nos mercados internacionais.

Os efeitos da gripe aviária no Brasil e das novas tarifas sobre a carne exportada aos EUA impactaram indiretamente a Companhia, influenciando os preços das proteínas e o consumo. Isso redirecionou parte da produção, ampliou a oferta nos mercados interno e externo, e reduziu os preços, especialmente dos embutidos, nos mercados em atuamos.

Em um cenário marcado por elevada volatilidade e intensificação da concorrência, a Companhia concentra seus esforços na eficiência operacional, diversificação de mercados e rigoroso controle de custos, visando mitigar os impactos externos e fortalecer sua posição competitiva. A Administração permanece vigilante quanto aos riscos climáticos e de mercado, promovendo avaliações contínuas sobre investimentos em infraestrutura e alternativas de cobertura securitária mais abrangentes, com o propósito de reforçar a resiliência e assegurar a continuidade das operações.

d. Mercado de capitais e destinação de resultados

Desdobramento de Ações (Split): Em 20 de outubro de 2025, foi aprovado o desdobramento das ações na proporção de 1:10. O capital social passou a ser representado por 71.001.000 ações ordinárias, medida que visou aumentar a liquidez e democratizar o acesso ao investidor pessoa física.

Política de Resultados: Em dezembro de 2025, a Companhia aprovou sua Política de Destinação de Resultados, estabelecendo um equilíbrio prudente entre: (i) o pagamento da dívida fiscal renegociada, (ii) o suporte aos investimentos (CAPEX) e (iii) a futura distribuição de dividendos aos acionistas.

6 Governança Corporativa e Sustentabilidade (ESG)

Reforçando nosso compromisso com boas práticas de governança corporativa, estamos em contínuo aprimoramento da estrutura e dos processos. Durante o ano de 2025, nos dedicamos ativamente à revisão, criação, formalização e implementação de regulamentos e políticas internas.

Nesta linha, a Companhia apresenta as ações que corroboram com o constante aprimoramento da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade ambiental e social (ESG):

Transparência da gestão: Foram aprovadas e divulgadas ao mercado as regras de funcionamento do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, bem como, a Política de Governança Corporativa e da Política de Negociação de Ações, alinhando a conduta de administradores e pessoas vinculadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários e boas práticas de mercado.

Fortalecimento da integridade: A Controlada mantém ativo um Canal de Denúncias independente, garantindo anonimato e não retaliação para relatos de condutas antiéticas. Neste sentido, a formalização do Regimento Interno do setor de Compliance e a criação dos Comitês de Ética e Disciplinar, garantem a investigação isenta e o tratamento adequado de denúncias, reforçando a estrutura de gestão de riscos e a cultura de integridade na Companhia.



Reconhecimento no ambiente de trabalho: A Companhia Minuano de Alimentos conquistou a certificação Great Place to Work (GPTW) em novembro de 2024, atestando nosso compromisso com um ambiente de trabalho saudável, a valorização de nossos colaboradores e a qualidade do nosso ambiente de trabalho. A recertificação no ano de 2025 demonstra o compromisso da Companhia com as pessoas.



Diversidade e Inclusão: Continuamos a promover ativamente a inclusão, com colaboradores de mais de 40 municípios e 20% de estrangeiros de 16 nacionalidades. Na governança, destacamos a eleição de mulheres e membros de comunidades sub-representadas para o Conselho de Administração, alinhada ao Selo WOB (Women on Board) e as boas práticas de mercado.



Gestão Ambiental: O desenvolvimento de Política de Meio Ambiente na controlada e o investimento em tecnologias para monitoramento de dados ESG, estão preparando a Companhia para futuras divulgações e as normas IFRS S1 e S2.

Responsabilidade social e incentivos fiscais

A administração da Minupar compreende que sua função social ultrapassa a esfera produtiva. No exercício de 2025, a Companhia intensificou sua atuação no fomento ao desenvolvimento social e cultural, utilizando mecanismos de incentivo fiscal para direcionar recursos a projetos de impacto aprovados nas esferas federal e estadual.

As destinações foram realizadas com amparo nas legislações de fomento vigentes, abrangendo:

Cultura: Apoio a projetos via Lei Rouanet (Lei Federal nº 8.313/91);

Projeto Beleza no Papel	5.000
Projeto Despertar	50.000
Projeto Natal Cruzeiro do Sul	70.000
Projeto Natal nas Águas - BRS	50.000
Projeto Aquibom - BRS	10.000
Projeto Natal - Estrela	30.000
	215.000

Assistência Social: Aporte Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUNCRANÇA (Lei Federal nº 8.069/90).

Filhos da Esperança - ONG Hoppe	20.000
Projeto Florescer - SLAN	10.000
Projeto Sacola da Leitura - SLAN	10.000
Projeto Lar Seguro - 300 de Gidion	5.000
Projeto Orquestra - 300 de Gidion	8.000
	53.000

Adicionalmente, reforçando o compromisso com a valorização de seu capital humano, a Companhia formalizou em 2025 sua adesão ao Programa Empresa Cidadã, nos termos da Lei Federal nº 11.770/2008. A medida garante a prorrogação das licenças-maternidade e paternidade, promovendo o bem-estar familiar e contribuindo para a equidade de gênero e retenção de talentos no ambiente corporativo.

Tais iniciativas consolidam a estratégia da administração de alinhar eficiência tributária à geração de valor compartilhado com a sociedade e seus colaboradores.

7 LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Em relação a LGPD, a Companhia mantém um programa maduro de privacidade, em conformidade com a Lei 13.709/2019. O “Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais” implantado, mantém o olhar diário sobre o tema da privacidade.

As informações de contato do Encarregado de Dados (DPO), a Política de Privacidade e o canal de solicitações estão disponíveis em <https://www.minupar.com.br/lgpd> e pelo e-mail privacidade@minuano.com.br, assegurando o respeito aos direitos dos titulares.

8 Perspectivas Futuras

Com a normalização de nossa estrutura de capital e a melhoria da condição financeira pós-transação tributária, a Minupar inicia uma nova fase de desenvolvimento pautada nos seguintes pilares:

Investimentos: A regularidade fiscal (CPDEN) reabre o acesso a linhas de crédito, permitindo priorizar a manutenção, otimização e modernização do patrimônio industrial, que foram limitados nos últimos anos.

Foco na operação: Fortalecimento da controlada Minuano, buscando máxima eficiência na industrialização, comercialização e melhores condições na prestação de serviços frigoríficos.

Inovação e mercado: Aprimoramento contínuo do portfólio, com inovação e no aprimoramento para ampliar a sua posição competitiva e a presença em diferentes mercados.

Sustentabilidade: Consolidação das práticas ESG como base para a sustentabilidade e o sucesso de longo prazo, com a certeza de que a responsabilidade socioambiental e a boa governança são pilares essenciais.

Essas iniciativas são estratégicas e visam assegurar maior eficiência operacional, reduzir custos e impulsionar a capacidade competitiva, contribuindo para a sustentabilidade do negócio a longo prazo. Os investimentos previstos têm um plano de execução bem definido e são projetados para gerar retorno operacional.

A Companhia está empenhada em explorar as melhores opções de financiamento para sustentar esses projetos, garantindo solidez financeira e criação de valor para os acionistas. Com essas ações, reafirmamos nosso compromisso com o fortalecimento contínuo de nossas operações e presença no mercado.

9 Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse.

A partir do exercício de 2025 a Companhia passou a ser auditada pela empresa BDO RCS Auditores Independentes, à qual possui registro junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários, nº 001032-4.

10 Agradecimentos

A Administração manifesta seu profundo agradecimento aos acionistas, pelo apoio e confiança nas diretrizes de reestruturação adotadas. Expressamos especial reconhecimento aos colaboradores, cuja resiliência foi determinante para a superação das adversidades e para a conquista da certificação GPTW. Estendemos nossa gratidão aos clientes, fornecedores e parceiros comerciais pela relação sólida e construtiva.

Reafirmamos nosso compromisso de trabalho transparente para seguir gerando valor sustentável a todos os nossos *stakeholders* em 2026.

Lajeado (RS), 13 de março de 2026.

A Administração.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE
DEZEMBRO DE 2025**

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Lajeado, 13 de março de 2026.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Tiago Fonseca de Siqueira
Diretor de Relações com Investidores

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE
31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido BDO RCS Auditores Independentes SS, relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Lajeado, 13 de março de 2026.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Tiago Fonseca de Siqueira
Diretor de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Minupar Participações S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou:

- (i) as demonstrações financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025;
- (ii) o Relatório da Administração; e
- (iii) o relatório sem ressalvas emitido pela BDO RCS Auditores Independentes SS.

Com base nos documentos analisados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam que as Demonstrações Financeiras e suas respectivas Notas Explicativas, bem como o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025, estão adequadamente apresentados, em condições de serem apreciados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Lajeado, 13 de março de 2026.

Maria Elvira Lopes Gimenez
Conselheira Fiscal

Marcelo Fichera Lourenzi
Conselheiro Fiscal

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Conselheiro Fiscal

Balanço Patrimonial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	NE	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-	40.891	379
Aplicações Financeiras	2	-	-	82.551	-
Contas a receber	3	-	-	67.648	61.485
Estoques	4	-	-	27.331	22.178
Adiantamentos a fornecedores		-	1	1.515	341
Impostos a recuperar	5	60	303	17.869	19.918
Outros ativos	7	55	58	6.488	106.697
Total do Ativo Circulante		115	362	244.293	210.998
Ativo Não Circulante					
Depósitos judiciais		1	1	5.506	4.045
Partes relacionadas	18	43.345	5.777	-	-
Outros ativos	7	6.134	6.134	6.135	6.135
Impostos a recuperar	5	-	-	258	334
Impostos diferidos	6	-	-	15.017	-
Investimentos	8	200.727	-	-	-
Propriedade para investimento	9	-	-	18.044	18.750
Imobilizado	10	-	-	139.438	128.454
Direito de Uso	11	-	-	4.806	5710
Intangível		-	-	562	578
Total do Ativo Não Circulante		250.207	11.912	189.766	164.006
Total do Ativo		250.322	12.274	434.059	375.004

		Controladora		Consolidado	
	NE	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Passivo Circulante					
Fornecedores		231	264	19.752	18.740
Salários e encargos sociais a pagar	12	211	173	24.998	16.105
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	13	-	-	1.749	1.727
Adiantamento de clientes		-	-	5.987	18.298
Obrigações tributárias	14	92	37	6.967	517.109
Parcelamentos tributários	15	34	32	8.740	4.897
Impostos diferidos	6	-	-	-	902
Dividendos/JCP à distribuir	20	9.226	-	14.288	-
Outros passivos	17	1.063	1.048	3.933	14.776
Total do Passivo Circulante		10.857	1.554	86.414	592.554
Passivo Não Circulante					
Partes relacionadas contingentes	18	49.829	61.377	49.829	49.826
Arrendamentos a pagar	13	-	-	3.307	5.318
Parcelamentos tributários	15	99	125	95.104	18.645
Impostos diferidos	6	-	-	-	14.737
Provisão para contingências	19	-	-	9.669	6.049
Provisão para perda de investimentos		-	261.079	-	-
Total do Passivo Não Circulante		49.928	322.581	157.909	94.575
Patrimônio Líquido					
Capital social	20	120.108	120.108	120.108	120.108
Ajuste de avaliação patrimonial	20	33.576	34.081	33.576	34.081
Prejuízo acumulado		-	(472.284)	-	(472.284)
Reservas	20	35.853	6.234	35.853	6.234
Patrimônio Líquido atribuível aos controladores		189.537	(311.861)	189.537	(311.861)
Participação dos não controladores		-	-	199	(264)
Total do Patrimônio Líquido		189.537	(311.861)	189.736	(312.125)
Total do Passivo		250.322	12.274	434.059	375.004

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita operacional líquida	23	-	-	436.344	354.888
Custos operacionais	24	-	-	(317.295)	(261.122)
Lucro bruto		-	-	119.049	93.766
Outras receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	24	(1.720)	(1.034)	(28.349)	(18.997)
Com vendas	24	-	-	(20.409)	(16.128)
Outras despesas operacionais	25	(518)	(16)	(13.458)	(22.549)
Outras receitas operacionais	25	43	-	125.934	9.945
Total despesas operacionais		(2.195)	(1.050)	63.718	(47.729)
Resultado antes da equivalência patrimonial		(2.195)	(1.050)	182.767	46.037
Resultado de equivalência patrimonial		461.806	25.389	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		459.611	24.339	182.767	46.037
Despesas financeiras	26	(41)	(12.314)	(29.999)	(51.390)
Receitas financeiras	26	54	-	238.943	21.611
Resultado financeiro		13	(12.314)	208.944	(29.779)
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social		459.624	12.025	391.711	16.258
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	51.000	-	137.995	1.424
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	-	-	(13.557)	(5.632)
Lucro líquido do exercício		510.624	12.025	516.149	12.050
Lucro do exercício atribuído aos acionistas controladores		-	-	510.624	12.025
Lucro do exercício atribuído aos acionistas não controladores		-	-	5.525	25
Lucro diluído por ação	28	7,19179	1,69364	7,26960	1,69716

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do período	510.624	12.025	510.624	12.025
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	10.914	8.446
Provisão para riscos de créditos	-	-	48	95
Variação Cambial líquida	-	-	2.669	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	628	1.049
Juros e encargos financeiros c/ partes relacionadas	-	12.251	-	12.251
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(51.000)	-	(124.438)	(1.424)
Participação de minoritários	-	-	5.525	25
Baixa de bens do imobilizado e intangível	-	-	1.164	1.933
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	3.620	(2.041)
Provisão para perda (Impairment)	-	-	(2.741)	2.668
Atualização de passivos tributários	10	-	15.042	21.425
Ajuste dos efeitos da transação tributária	-	-	(331.376)	-
Baixa de adiantamento de cliente	-	-	(10.827)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(461.806)	(25.389)	-	-
	(2.172)	(1.113)	80.852	56.452
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(8.880)	(4.504)
Estoques	-	-	(5.153)	(6.091)
Impostos a recuperar	243	-	2.125	(1.667)
Adiantamento a fornecedores	1	(1)	(1.174)	330
Outros ativos	3	(9)	102.950	(18.163)
Depósitos judiciais	-	-	(1.461)	1.170
Fornecedores	(33)	-	1.012	167
Obrigações tributárias	21	(44)	(6.134)	(6.453)
Pagamento de IRPJ e CSLL	-	-	(13.557)	-
Salários e encargos sociais a pagar	38	(7)	8.893	(575)
Adiantamento de clientes	-	-	(1.484)	3.641
Outras obrigações	15	51	(11.953)	8.805
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.884)	(1.123)	146.036	33.112
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(82.551)	-
Aquisições de imobilizados	-	-	(20.265)	(34.404)
Aquisições de intangíveis	-	-	(91)	(366)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-	-	(102.907)	(34.770)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos captados	-	-	-	-
Variação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	-	-	(414)
Contraprestação de arrendamentos a pagar	-	-	(2.617)	2.163
Variação com partes relacionadas	1.884	1.123	-	(3)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.884	1.123	(2.617)	1.746
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-	40.512	88
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	-	-	379	291
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-	-	40.891	379
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-	40.512	88

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Consolidado										
	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva de Investimento/ Capital de Giro	Reserva de Contingências	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	120.108	36.823	(487.051)	-	6.234	-	-	-	(323.886)	(289)	(324.175)
Lucro líquido do exercício	-	-	12.025	-	-	-	-	-	12.025	25	12.050
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	(2.742)	2.742	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	120.108	34.081	(472.284)	-	6.234	-	-	-	(311.861)	(264)	(312.125)
Lucro líquido do período	-	-	510.624	-	-	-	-	-	510.624	5.525	516.149
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	(505)	505	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	(1.942)	-	-	1.942	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	(9.226)	-	-	-	-	-	(9.226)	(5.062)	(14.288)
Reserva de Investimento/Capital de Giro	-	-	(2.769)	-	-	-	2.768	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	(24.908)	-	-	-	-	24.908	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	120.108	33.576	-	-	6.234	1.942	2.768	24.908	189.537	199	189.736

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Lucro líquido do exercício	510.624	12.025	516.149	12.050
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	510.624	12.025	516.149	12.050
Atribuído aos acionistas controladores			510.624	12.025
Atribuído aos acionistas não controladores			5.525	25

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receitas	-	-	456.290	377.746
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	453.021	368.332
Outras receitas	-	-	3.317	9.509
Provisão para riscos de créditos	-	-	(48)	(95)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.115)	(339)	(205.717)	(168.082)
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(179.729)	(138.142)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.115)	(339)	(25.988)	(29.940)
Valor adicionado bruto	(1.115)	(339)	250.573	209.664
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	(10.914)	(8.446)
Valor adicionado líquido produzido	(1.115)	(339)	239.659	201.218
Valor adicionado recebido por transferência	461.886	25.345	347.733	5.957
Resultado de equivalência patrimonial	461.806	25.389	-	-
Receitas Financeiras	54	-	225.028	5.355
Outras	26	(44)	122.705	602
Valor adicionado a distribuir	460.771	25.006	587.392	207.175
Distribuição do valor adicionado	460.771	25.006	587.392	207.175
Remuneração do Trabalho	1.091	708	160.827	139.561
Remuneração direta	909	605	130.116	114.767
Benefícios	182	103	23.757	18.494
FGTS	-	-	6.954	6.300
Remuneração do Governo	(50.968)	3	(105.756)	20.264
Federais	(50.968)	3	(114.924)	12.047
Estaduais	-	-	9.168	8.217
Remuneração Capitais de Terceiros	24	12.270	16.172	35.300
Juros	24	12.270	16.172	35.300
Outros	-	-	-	-
Remuneração Capitais próprios	510.624	12.025	516.149	12.050
Dividendos	9.226	-	9.226	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	501.398	12.025	501.398	12.025
Participações de minoritários	-	-	5.525	25

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

1.1. Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S.A. "Companhia" tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca "Minu" ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, América, Ásia e Oceania.

1.2. Continuidade operacional

A Administração da Companhia avaliou sua posição financeira atual e as projeções futuras, e concluiu que não há incertezas relevantes quanto à continuidade de suas operações. A convicção quanto à capacidade de manter suas atividades no curso normal dos negócios está amparada em eventos recentes e em fundamentos operacionais, especialmente na reestruturação de seu passivo tributário e na reversão do patrimônio líquido negativo.

Em 28 de abril de 2025, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, celebrou termo de transação tributária individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022. O referido acordo contempla a regularização integral dos débitos tributários inscritos em dívida ativa, tendo sido consolidado com o pagamento da primeira parcela, realizado em 30 de abril de 2025. Esta operação resultou em uma redução significativa do passivo fiscal, impactando positivamente a estrutura de capital e a capacidade de acesso a novas linhas de crédito.

Após a aplicação dos descontos legais e a compensação com créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, o valor consolidado da transação é de R\$ 78.031. O pagamento deste montante será realizado em até 60 meses para débitos previdenciários, e 120 meses para os demais tributos, ambos atualizados pela taxa Selic, sendo os primeiros 36 meses com parcelas reduzidas, conforme os benefícios previstos na Portaria PGFN/MF nº 1.032/2024 (Transação SOS-RS).

Os efeitos contábeis decorrentes da transação tributária foram integralmente reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2025, conforme demonstrado a seguir:

	Débitos previdenciários	Demais débitos	Total
Principal	93.333	62.351	155.684
Multa	19.422	15.419	34.841
Juros	135.421	107.316	242.737
Encargos	46.483	37.003	83.486
	294.659	222.089	516.748
Descontos Legais	(187.635)	(143.741)	(331.376)
Utilização PF e BCN	(74.917)	(32.424)	(107.341)
Saldo parcelado	32.107	45.925	78.031

Embora a transação tenha sido firmada pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, o termo homologou a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL da controladora Minupar Participações S.A. A seguir, são demonstrados os montantes utilizados por cada uma das entidades envolvidas:

	Minupar S.A.	Cia Minuano
Prejuízo Fiscal	150.000	165.233
Valor utilizado (25%)	37.500	41.308
Base negativa	150.000	167.028
Valor utilizado (9%)	13.500	15.033
Total utilizado (34%)	51.000	56.341

Adicionalmente, o montante de R\$ 51.000, referente ao valor do crédito fiscal da controladora utilizado para amortização parcial da dívida da controlada, foi classificado como transação para liquidação futura. Os respectivos efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 18b – Partes Relacionadas.

Diante deste cenário, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reverteu integralmente o saldo de prejuízos acumulados, apresentando lucro acumulado de R\$ 38.340 (em 31 de dezembro 2024 o montante de prejuízo acumulado era de R\$ 472.284), e passou a apresentar patrimônio líquido positivo de R\$ 189.537 (negativo R\$ 311.861 em 31 de dezembro 2024). O ativo circulante consolidado superou o passivo circulante em R\$ 157.879. Para fins comparativos, em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante consolidado era superior ao ativo circulante em R\$ 381.556.

Neste cenário, a Administração reestrutura a situação econômico-financeira do Grupo e considera que não existe qualquer risco de continuidade dos negócios da Companhia, concluindo que existem fundamentos suficientes para a elaboração das demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade operacional.

1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea "b" do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as demonstrações financeiras, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração da Companhia, sendo as referidas demonstrações financeiras aprovadas, e sua divulgação autorizada para o dia 12 de março de 2026.

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

1.4. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei por Sociedade de Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e com as Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS (International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

1.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia faça uso de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e de outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Além do atendimento às normas e regras contábeis vigentes, a Administração entende que a adoção das estimativas contábeis críticas é essencial para a produção da melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial no encerramento de cada exercício, ainda que sobre estas, temporariamente, não se possa ter precisão, dado o caráter de subjetividade e complexidade envolvidos.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são:

- Nota Explicativa 03 – Impairment sobre ativos financeiros - Contas a receber
- Nota Explicativa 07 – Impairment sobre ativos financeiros – Outros ativos
- Nota Explicativa 09 - Propriedade para investimento
- Nota Explicativa 10 - Imobilizado
- Nota Explicativa 19 - Provisão para contingências
- Nota Explicativa 06 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

1.6. Base de consolidação

- i) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia “desreconhece” os ativos e passivos da controlada, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

A Companhia não possui investimentos classificados como coligadas mantidos diretamente pela controladora. Contudo, no âmbito da estrutura societária do grupo existem participações entre duas controladas que podem caracterizar influência significativa. Para fins de consolidação, tais entidades são incluídas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, por estarem sob controle da controladora final.

vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com entidades investidas e registrado por equivalência

patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e operações dos exercícios findos nessas datas, da controladora e de suas controladas, a seguir relacionadas:

		2025		2024	
	País	Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
Sulaves S/A	Brasil	99,999%	-	99,999%	-
Valepar S/A	Brasil	99,986%	-	99,986%	-
Cia Minuano de Alimentos	Brasil	-	99,910%	-	99,910%

1.7. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas vigentes nas datas das transações, e ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado.

Resumo das práticas contábeis materiais

1.8. Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob a categoria custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e seu fluxo contratual. A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Administração da Companhia classifica nesta categoria os seguintes ativos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 2), contas a receber de clientes (Nota 3) e outros créditos.

Os ativos financeiros não classificados como custo amortizado são classificados como valor justo por meio de resultado (VJR).

Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros pelo custo amortizado são instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem: fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento

A Companhia reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial, quando, e apenas quando, a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

A mensuração dos ativos depende de classificação designada para o ativo e passivo financeiro, na data do balanço os ativos e passivos estão classificados pelo custo amortizado, usando o método de mensuração pela taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda *impairment* em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros, havendo expectativa de perda por parte da Administração, a perda cumulativa é reconhecida na demonstração de resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*Impairment* de ativos financeiros)

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment*.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração de resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração de resultado.

As contas a receber são registradas ao custo amortizado, deduzidas da provisão para perdas esperadas, a qual é constituída com base em análises periódicas de vencimento, histórico de perdas e avaliação do risco de crédito dos clientes.

1.9. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal). O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

1.10. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são registrados com base nos créditos decorrentes da não cumulatividade e de retenções na fonte, apresentados pelo valor estimado de realização.

1.11. Demais ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo valor de realização, acrescidos, quando aplicável, de rendimentos e variações monetárias.

1.12. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. As propriedades para investimento são registradas ao valor de custo, deduzidas de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, sendo as receitas de aluguel reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

1.13. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens que compõem o ativo imobilizado são registrados pelo seu valor justo no momento inicial, o qual é representado pelo custo de aquisição.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal. Esses itens são depreciados de acordo com a vida útil do ativo imobilizado correspondente.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 10 – Imobilizado.

As vidas úteis são revisadas anualmente e alteradas sempre que forem identificadas evidências de alteração.

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição de um ativo qualificável, estão demonstrados nos gastos incorridos de sua aquisição. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

1.14. Arrendamentos mercantil

No começo de um contrato a Companhia identifica se o contrato é ou contém um arrendamento.

Um ativo específico é o objeto de um arrendamento se o arrendador transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período em troca de contraprestações.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de Início;

- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

1.15. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é mensurada inicialmente pelo seu valor justo (normalmente representado pelo custo de aquisição) e subsequentemente ao custo amortizado.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

1.16. Provisões e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

1.17. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e os diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base na legislação tributária brasileira em vigor, através do regime do lucro real.

1.18. Reconhecimento de receitas

A receita de serviços prestados e venda de produtos é mensurada com base no valor justo da contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos incidentes, sendo reconhecida de acordo com a competência.

A Companhia avalia os 5 passos do reconhecimento da receita, sendo eles:

- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos;
- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Uma receita é reconhecida quando, e somente quando, todas as obrigações de desempenho previstas no contrato com os clientes foram atingidas. Uma receita somente é reconhecida quando o seu valor, bem como todos os custos atribuídos, pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

As receitas são reconhecidas, geralmente, quando o controle dos bens é entregue aos clientes, para as vendas de produtos. Esse fato ocorre quando da entrega efetiva das mercadorias nos destinos previstos. No caso dos serviços de abate, a receita é reconhecida quando da efetiva prestação dos serviços, o que ocorre diariamente.

1.19. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos períodos, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

1.20. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

1.21. Subvenções governamentais

Subvenções para compensação de despesas são apresentadas com o custo incorrido pela Companhia. Quando a retenção de uma subvenção governamental depende da Companhia satisfazer certos critérios, ela é inicialmente reconhecida como receita diferida. Quando os critérios para retenção forem satisfeitos, o saldo da receita diferida é liberado para a demonstração consolidada no resultado.

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo acumulado do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 6.234, e sua apuração ocorreu ao longo do exercício de 2022, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada "Reserva de Lucros".

1.22. Impairment de ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

1.23. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

1.24. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Companhia avalia as novas normas ou alterações e a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis
O pronunciamento foi emitido com base no IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, publicado pelo IASB em abril de 2024, e substituirá o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.
O novo pronunciamento introduz alterações principalmente relacionadas à apresentação e divulgação de informações nas demonstrações financeiras, incluindo novas exigências de subtópicos na demonstração do resultado, maior detalhamento na agregação e desagregação de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.
O CPC 51 não altera os critérios de reconhecimento e mensuração dos elementos das demonstrações financeiras, mas poderá impactar a forma de apresentação e divulgação de determinados itens.
O pronunciamento entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, não estando prevista sua adoção antecipada pela Companhia.

2 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por recursos disponíveis em moeda nacional e estrangeira. A composição dos saldos dos exercícios de 2025 e 2024 segue demonstrada no quadro a seguir:

	Indexador	Intervalo de taxa a.a.	Consolidado	
			31/12/25	31/12/24
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Moeda nacional			101	379
Moeda estrangeira (a)			40.790	-
			40.891	379
Aplicações Financeiras				
CDB	CDI	99% a 100,87%	82.339	-
Compromissadas	CDI	60% a 80%	212	-
			82.551	-
Total			123.442	379

- a) No segundo trimestre de 2025, os valores anteriormente registrados como "Numerários em Trânsito" no grupo de Outros Ativos (nota explicativa nº 7), foram reclassificados para o grupo de "Caixa e Equivalentes de Caixa". Os valores reclassificados referem-se a recursos recebidos por meio de ordens de pagamento do mercado externo, já disponíveis à Companhia, porém ainda não convertidos formalmente em moeda nacional. Considerando sua disponibilidade imediata, esses valores passaram a ser apresentados sob a rubrica "moeda estrangeira", não gerando efeitos no resultado do período.

A reclassificação foi efetuada com base nos critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, contribuindo para uma melhor apresentação da liquidez da Companhia e facilitando a análise das suas disponibilidades financeiras, não havendo impactos nas demais peças contábeis.

3 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Mercado interno	56.927	51.310
Mercado externo	12.244	14.277
	69.171	65.587
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.523)	(4.102)
Total	67.648	61.485

Vencidos	31/12/25		31/12/24	
Até 30 dias	2.863	4%	3.220	5%
De 31 a 60 dias	707	1%	295	0%
De 61 a 90 dias	46	0%	308	1%
De 91 a 120 dias	12	0%	134	-
De 121 a 150 dias	4	0%	6	-
De 151 a 180 dias	6	0%	-	-
Acima de 180 dias	1.523	2%	4.102	7%
Subtotal	5.161	8%	8.065	13%
À vencer				
Até 30 dias	31.871	47%	31.357	51%
De 31 a 60 dias	32.135	48%	22.413	36%
De 61 a 90 dias	4	0%	3.752	7%
Subtotal	64.010	95%	57.522	94%
Provisão para perda esperada	(1.523)	-2%	(4.102)	-7%
Total	67.648	100%	61.485	100%

Abaixo são apresentadas as movimentações das perdas de crédito esperadas:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Saldo anterior	(4.102)	(4.007)
Provisões do período	(119)	(98)
Reversões de provisão	71	3
Baixas de créditos incobráveis	2.627	-
Saldo em 31/12/2025	(1.523)	(4.102)

4 Estoques

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Produtos prontos	6.343	3.829
Produtos em elaboração	93	48
Matérias primas	4.299	5.626
Materiais de embalagem	1.740	1.861
Materiais de manutenção	14.856	10.814
Total	27.331	22.178

5 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
ICMS a recuperar	-	-	5.882	4.759
PIS e COFINS a recuperar	-	-	6.519	9.331
ICMS na base do PIS e COFINS	-	-	3.025	4.402
Reintegra a recuperar	-	-	50	1.324
Tributos a recuperar sobre o lucro	60	303	1.562	391
Outros tributos a recuperar	-	-	1.089	45
	60	303	18.127	20.252
Circulante	60	303	17.869	19.918
Não circulante	-	-	258	334

6 Impostos de renda e Contribuição Social

Composição dos impostos diferidos:

	31/12/24	Constituição	Consolidado		31/12/25
			Reversão	Compensação	
Diferenças temporárias ativas					
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	3.287	-	-	3.287
Arrendamentos a pagar	-	545	-	-	545
Variação Cambial	-	860	-	-	860
Provisões p/ perdas investimento	-	2.748	-	-	2.748
Prejuízos fiscais e base negativa (i)	-	142.781	(6.657)	(107.341)	28.783
Demais provisões operacionais	-	3.484	-	2	3.486
Ativo Fiscal Diferido	-	153.705	(6.657)	(107.339)	39.709
Diferenças temporárias passivas					
Custo atribuído Imobilizado	(13.409)	-	260	-	(13.149)
Depreciação Atividade Rural	(2.064)	-	283	-	(1.781)
Diferença depreciação fiscal x contábil (vida útil)	-	(8.621)	-	-	(8.621)
Créditos Fiscais não Compensados	(166)	-	166	-	-
Demais provisões operacionais	-	(1.141)	-	-	(1.141)
Passivo Fiscal Diferido	(15.639)	(9.762)	709	-	(24.692)
Total	(15.639)	143.943	(5.948)	(107.339)	15.017
Ativo não circulantes	-	-	-	-	39.707
Passivo não circulante	(15.639)	-	-	-	(24.690)
Total	(15.639)	-	-	-	15.017

(i) Diante da ausência de evidências suficientes para geração de lucros tributáveis futuros, conforme critérios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, até o primeiro trimestre de 2025, a Companhia não reconhecia ativos fiscais diferidos relacionados aos prejuízos fiscais acumulados de IRPJ e às bases negativas de CSLL.

Contudo, a formalização do pedido de transação tributária, aliada à revisão das projeções financeiras atualizadas e ao avanço do plano de reestruturação operacional, proporcionou evidências objetivas e consistentes quanto à capacidade de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. As projeções realizadas pela Companhia, indicam que a reversão dos ativos fiscais deverá ocorrer no prazo estimado de 10 anos, mediante a compensação com lucros tributáveis.

Em função desse novo cenário, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, passou a reconhecer, a partir do segundo trimestre de 2025, ativos fiscais diferidos relacionados aos

saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Base fiscal	Alíquota	Ativo diferido
Prejuízo Fiscal IRPJ	84.657	25%	21.164
Base negativa CSLL	84.657	9%	7.619
			28.783

Este reconhecimento resultou em um impacto positivo no resultado de 2025, por meio do registro dos impostos diferidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não se identificou a necessidade de alterações significativas nas premissas utilizadas, tampouco em outros fatores que pudessem impactar a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos.

7 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Despesas antecipadas	55	58	866	820
Numerários em trânsito (a)	-	-	-	103.495
Trava Cambial (b)	-	-	500	-
Minupar Participações S.A.(c)	-	-	3.786	3.786
Ajuste a valor justo (d)	-	-	1.336	(1.404)
Agostinho Carrer (e)	15.769	15.769	15.769	15.769
Outros	-	-	2.410	2.410
(-) Provisão para perda (Impairment) (e)	(9.635)	(9.635)	(12.044)	(12.044)
	6.189	6.192	12.623	112.832
Circulante	55	58	6.488	106.697
Não circulante	6.134	6.134	6.135	6.135

- a) No segundo trimestre de 2025, a Companhia reclassificou os valores anteriormente registrados nesta rubrica, passando a apresentá-los como "Disponibilidades em moeda estrangeira", conforme detalhado na nota explicativa nº 2 – Caixa e equivalentes de caixa;
- b) A Companhia utiliza-se de instrumento financeiro para afastar o risco em relação ao efeito de variação cambial de suas operações realizadas em moeda estrangeira, com isso, reconhece o efeito de ganho ou perda destas operações em rubrica denominada de "trava cambial", a qual indica a diferença entre a taxa de câmbio contratual frente a taxa de câmbio de fechamento do mês. Em 31 de dezembro de 2024, período comparativo, o ajuste de trava cambial foi reconhecido em rubrica de passivo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17 – Outros passivos.
- Demais informações sobre os contratos de trava cambial estão demonstrados da nota explicativa nº 22 – Instrumentos financeiros.

- c) Em janeiro de 2023 a Companhia celebrou acordo judicial com a empresa Döhler S.A., no âmbito de execuções judiciais relacionadas ao inadimplemento parcial de contrato firmado em 2008. O acordo resultou na devolução de 111.359 ações da Minupar Participações S.A., anteriormente transferidas à Döhler. A restituição direta dos títulos à controladora não foi possível, uma vez que a Minupar não figurou como parte nas referidas ações, sendo a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a titular das ações temporariamente. O valor reconhecido foi de R\$ 3.786 mil, correspondente ao valor nominal das ações à época da dação em pagamento. Em dezembro de 2023, a CVM concluiu que a operação não caracteriza participação recíproca, vedada pelo art. 244 da Lei 6.404/76, autorizando sua negociação no mercado. O acordo foi integralmente quitado, com extinção e arquivamento definitivo dos processos em 2024. As ações transacionadas continuam na posse temporária da Companhia Minuano de Alimentos, e serão destinadas a tempo e modo definidos pela administração.
- d) Os valores registrados nesta rubrica, referem-se ao valor justo do ativo apresentado na rubrica "Minupar Participações S.A.", considerando o valor atual de cotação das ações da Companhia.
- e) Em 04 de Outubro de 2019, a Minupar Participações S.A. e sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial com Agostinho Carrer Participações S.A, Agroaráçá Industria de Alimentos LTDA, Orlando Carrer e Pedro Carrer, para encerramento de litígios judiciais existentes entre as partes. A partir de julho de 2020, mediante solicitação das devedoras, restou ajustado o pagamento apenas dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor, em razão de alegada crise no setor avícola.

Os pagamentos foram interrompidos em novembro de 2022, e em fevereiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial da Agroaráçá Indústria de Alimentos Ltda. Em razão da incerteza quanto à realização do crédito, a Companhia constituiu uma provisão ao valor realizável do ativo. Apesar disso, a expectativa da Companhia é de que os valores celebrados no acordo sejam honrados de forma integral, conforme esforços dos nossos assessores jurídicos.

Outro montante que compõe a rubrica (-) Provisão para perda (Impairment) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se a provisão para perda esperada no valor de R\$ 2.409, referente ao processo nº 017/1.14.0005983-0 (Cumprimento de Sentença – Ação de Rescisão Contratual), diante das peculiaridades que envolvem cobrança da empresa que ainda se vale de vinculação ao Juízo da sua Recuperação Judicial. O processo segue em curso e, conforme esforços da área jurídica da Companhia, eventuais alterações serão devidamente tratadas e refletidas nas demonstrações financeiras.

8 Investimentos

Em 31/12/2025 a Companhia é controladora das seguintes empresas:

	Direta		Indireta
	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Cia Minuano de Alimentos
Participação societária (%)	99,986%	99,999%	99,910%
Participação societária Não Controladores (%)	0,014%	0,001%	0,000%

Abaixo, a apresentação dos principais saldos das controladas e movimentação do saldo do investimento:

	2024		
	Sulaves S/A	Valepar S/A	Cia Minuano de Alimentos
Total de ativos circulantes	-	-	210.593
Total de ativos não circulantes	-	-	169.519
Total do passivo circulante	-	-	590.995
Total do passivo não circulante	69.511	191.636	49.884
Capital social	32.871	79.899	139.227
Patrimônio líquido	(69.511)	(191.594)	(260.767)
Ações possuídas (milhares)	92.812.520	1.634.226.991	-
Percentual de participação direto	99,999%	99,986%	0,000%
Resultado líquido do exercício	6.759	18.633	25.411
	2025		
	Sulaves S/A	Valepar S/A	Cia Minuano de Alimentos
Total de ativos circulantes	-	45	244.133
Total de ativos não circulantes	54.826	150.933	183.631
Total do passivo circulante	3.502	12.929	76.875
Total do passivo não circulante	-	-	151.326
Capital social	32.871	79.899	139.227
Patrimônio líquido	51.324	138.049	199.563
Ações possuídas (milhares)	92.812.520	1.634.226.991	-
Percentual de participação direto	99,999%	99,986%	0,000%
Resultado líquido do exercício	124.337	342.574	466.712
Movimentação dos investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(76.183)	(209.739)	-
Equivalência sobre o resultado	6.765	18.624	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(69.418)	(191.115)	-
Equivalência sobre o resultado	124.244	342.048	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	54.826	150.933	-

Conforme demonstrado no quadro acima, a Minupar Participações não detém participação direta na Companhia Minuano de Alimentos, sendo esta controlada de forma indireta. Os efeitos reconhecidos no saldo de investimentos e no resultado por meio do método de equivalência patrimonial decorrem exclusivamente das participações detidas nas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A, as quais, por sua vez, detêm participação na referida controlada indireta.

9 Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	Consolidado			Consolidado		
	31/12/25			31/12/24		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.741	-	7.741	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(8.614)	15.884	24.498	(8.264)	16.234
Máquinas e equipamentos	11.391	(8.924)	2.467	11.391	(8.575)	2.816
Outros	289	(256)	33	290	(251)	39
(-) Impairment	(8.081)	-	(8.081)	(8.081)	-	(8.081)
Total	35.838	(17.794)	18.044	35.840	(17.090)	18.750

Os valores das propriedades para investimentos são mensurados pelo método de custo, conforme previsto no CPC 28 – Propriedades para Investimento. Quando disponibilizadas para locação, aplicam-se as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado, sendo os ativos depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada.

Avaliação de recuperabilidade das Propriedades para Investimentos

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se conforme demonstrado no quadro a seguir.

Grupo	Saldos em 31/12/24	Adições	Baixas	Deprec.	Impairment	Transf.	Saldos em 31/12/25
Terrenos	7.742	-	-	-	-	-	7.742
Obras civis	16.234	-	-	(350)	-	-	15.884
Máquinas e equipamentos	2.816	-	-	(350)	-	-	2.466
Outros	39	-	-	(6)	-	-	33
(-) Impairment	(8.081)	-	-	-	-	-	(8.081)
Total	18.750	-	-	(706)	-	-	18.044

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou avaliação anual do valor justo de suas propriedades para investimento, cujo montante total apurado foi de aproximadamente R\$ 52.950. Com base nessa avaliação, não foram identificadas diferenças que indicassem a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. A avaliação é realizada anualmente e reflete as condições vigentes de mercado na data-base, considerando, entre outros fatores, a localização dos imóveis, o potencial de aproveitamento das áreas, o estado geral das benfeitorias e informações observáveis de mercado. O método adotado foi o comparativo direto de dados de mercado, baseado na análise de transações de imóveis similares localizados na mesma região ou em regiões com características equivalentes.

10 Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

		Consolidado					Consolidado		
		31/12/25					31/12/24		
Grupo	Taxas	Custo	Deprec.	Líquido	Taxas	Custo	Deprec.	Líquido	
Terrenos	-	15.593	-	15.593	-	15.593	-	15.593	
Prédios	2,00% - 5,00%	106.899	(35.850)	71.049	2,00% - 5,00%	97.402	(31.974)	65.428	
Maq. e Equip.	3,33% - 11,11%	88.188	(48.044)	40.144	3,33% - 11,11%	81.249	(45.883)	35.366	
Móveis e utens.	4,76% - 20,00%	5.004	(1.941)	3.063	4,76% - 20,00%	4.337	(1.773)	2.564	
Computadores	5,56% - 20,00%	2.674	(1.310)	1.364	5,56% - 20,00%	2.648	(1.429)	1.219	
Veículos	7,14% - 10,00%	1.614	(855)	759	7,14% - 10,00%	990	(795)	195	
Imobil. em Andamento	-	7.466	-	7.466	-	8.089	-	8.089	
Outros	-	14	(14)	-	-	14	(14)	-	
		227.452	(88.014)	139.438		210.322	(81.868)	128.454	

Em decorrência de transação tributária firmada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), foram oferecidas como garantias, das rubricas de prédios e terrenos, as matrículas de duas unidades imobiliárias de titularidade da Companhia, no montante de R\$ 83.867, correspondente à integralidade do débito transacionado.

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldos em 31/12/23	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldos em 31/12/24
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	52.718	212	(3.827)	(2.560)	18.885	65.428
Maquinas e equipamentos	24.710	2.497	(181)	(2.724)	11.064	35.366
Moveis e utensílios	2.107	568	(76)	(249)	214	2.564
Computadores e periféricos	1.203	296	(101)	(268)	89	1.219
Veículos	230	-	-	(35)	-	195
Imobilizações em andamento	9.321	29.702	(682)	-	(30.252)	8.089
Total	105.882	33.275	(4.867)	(5.836)	-	128.454

Grupo	Saldos em 31/12/24	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldos em 31/12/25
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	65.428	471	(81)	(3.797)	9.025	71.046
Maquinas e equipamentos	35.366	1.562	(712)	(3.623)	7.553	40.146
Moveis e utensílios	2.564	597	(54)	(319)	275	3.063
Computadores e periféricos	1.219	611	(293)	(319)	146	1.364
Veículos	195	625	-	(61)	-	759
Imobilizações em andamento	8.089	16.399	(22)	-	(16.999)	7.467
Total	128.454	20.265	(1.162)	(8.119)	-	139.438

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 Direito de Uso

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui oito contratos classificados na rubrica "Direito de Uso", sendo seis deles referentes a máquinas e equipamentos, e dois imóveis. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A movimentação do Direito de Uso bem como as informações contratuais, seguem demonstradas no quadro:

	<u>Taxa</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Saldos 31/12/24</u>	<u>Novos Contratos</u>	<u>Deprec. Locação</u>	<u>Saldos 31/12/25</u>
Imóveis	16,51%	6	89	-	(89)	-
Máquinas e Equipamentos	17,32%	5	5.621	1.081	(1.896)	4.806
			<u>5.710</u>	<u>1.081</u>	<u>(1.985)</u>	<u>4.806</u>

12 Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Provisões de férias e 13º	-	-	12.347	9.909
Provisões convenção coletiva	-	-	7.719	2.279
Salários a pagar	211	173	4.615	3.905
Rescisões a pagar	-	-	62	-
Outras obrigações a pagar	-	-	255	12
Total	211	173	24.998	16.105

13 Arrendamentos a pagar

Composição dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Arrendamentos a pagar	6.559	9.164
(-) Encargos a apropriar	(1.503)	(2.119)
Total	5.056	7.045
Circulante	1.749	1.727
Não Circulante	3.307	5.318

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Arrendamentos a pagar	(-) Encargos a apropriar	Total
2026	2.556	(807)	1.749
2027	2.488	(508)	1.980
2028	1.251	(159)	1.092
2029	176	(25)	151
2030	88	(4)	84
Total	6.559	(1.503)	5.056

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.045
(+) Remensuração	(1.630)
(+) Novos contratos	1.081
(-) Contratos encerrados	-
(+) Encargos	995
(-) Contraprestação	(2.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.056

14 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
INSS a recolher	37	21	2.411	293.089
FGTS a recolher	-	-	1.008	845
IRRF a recolher	55	13	697	515
IRPJ a recolher	-	-	1.222	110.746
CSLL a recolher	-	3	455	42.294
COFINS a recolher	-	-	-	51.780
PIS a recolher	-	-	-	11.039
Impostos Retidos	-	-	49	735
ICMS a recolher	-	-	1.070	1.133
Outros	-	-	55	4.933
Total	92	37	6.967	517.109

A seguir demonstramos os valores de forma segregada, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Receita Federal do Brasil (RFB):

	31/12/25			31/12/24		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	2.411	-	2.411	1.719	291.370	293.089
FGTS a recolher	1.008	-	1.008	845	-	845
IRRF a recolher	697	-	697	515	-	515
IRPJ a recolher	1.222	-	1.222	1.336	109.410	110.746
CSLL a recolher	455	-	455	494	41.797	42.291
COFINS a recolher	-	-	-	-	51.780	51.780
PIS a recolher	-	-	-	-	11.039	11.039
Impostos Retidos	49	-	49	41	697	738
ICMS a recolher	1	1.069	1.070	1	1.132	1.133
Outros	55	-	55	50	4.883	4.933
Total	5.898	1.069	6.967	5.001	512.108	517.109

No exercício de 2025, os débitos tributários junto a "PGFN" foram significativamente impactados pela formalização de termo de transação tributária celebrado entre a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme

informado na nota explicativa nº 1.2. Após a consolidação do acordo, o saldo remanescente foi reclassificado para a rubrica de Parcelamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

15 Parcelamentos Tributários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
PERT (a)	-	-	6.844	7.865
Lei 12.996/14 (b)	133	157	9.689	11.563
Transação Tributária (c)	-	-	83.867	-
FGTS	-	-	3.146	3.714
ICMS	-	-	-	2
Ordinário	-	-	298	398
Total	133	157	103.844	23.542
Circulante	34	32	8.740	4.897
Não Circulante	99	125	95.104	18.645

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, a seguir, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2024	(19.999)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2024	4.379
Saldo remanescentes em 31 de dezembro de 2024	7.865
(+) Atualização Selic de Jan-25 até Dez-25	603
(-) Pagamentos efetuados de Jan-25 até Dez-25	(1.624)
Saldo remanescentes em 31 de dezembro de 2025	6.844
Circulante	1.871
Não circulante	4.973

- (i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Débitos Previdenciários	8.078
	Demais Débitos	1.729
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	856
	Demais Débitos	45.885
Total		56.548

- (ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

- (iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea "b", da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza		Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
							%	R\$
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Débitos Previdenciários		Principal	430	(86)	344	-	-
			Multa	86	(17)	69	50%	35
			Juros	197	(39)	158	80%	126
			Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais	Débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
			Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
			Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
			Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
			Total	46.741	(9.349)	37.392		25.218

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

(b) Refis da Crise - Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela Receita Federal do Brasil – RFB e procuradoria geral da fazenda nacional – PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/12/2025	(18.211)
Saldo remanescente em 31/12/2025	9.689
Circulante	2.474
Não circulante	7.215

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, por meio da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, por meio da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

(c) Transação tributária

Conforme a Nota Explicativa nº 1.2 – Continuidade operacional, em abril de 2025, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, formalizou o termo de transação tributária individual junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

No quadro é apresentada a posição atualizada do referido parcelamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Débitos previdenciários	Demais débitos	Total
Valor original	294.659	222.089	516.748
Descontos Legais	(187.635)	(143.741)	(331.376)
Utilização PF e BCN	(74.917)	(32.424)	(107.341)
	32.107	45.925	78.031
(+) Atualização Selic de Abr-25 até Dez-25			8.030
(-) Pagamentos efetuados de Abr-25 até Dez-25			(2.194)
Saldo remanescente em 31 de dezembro de 2025			83.867
Circulante			3.511
Não Circulante			80.356

O demonstrativo a seguir, reflete os pagamentos futuros com base no valor original homologado, considerando a redução das parcelas nos três primeiros anos, de acordo com os benefícios previstos na Portaria PGFN/MF nº 1.032/2024 (Transação SOS-RS):

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	Total
Previdenciários	1.444	2.026	12.045	15.349	3.640	-	-	-	-	-	34.504
Demais débitos	2.067	2.887	5.418	6.211	6.211	6.211	6.211	6.211	6.211	1.725	49.363
	3.511	4.913	17.463	21.560	9.851	6.211	6.211	6.211	6.211	1.725	83.867

16 Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada no demonstrativo de resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Lucro antes do IR e CS	459.624	12.025	391.711	16.258
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(156.272)	(4.089)	(133.182)	(5.528)
Resultado de participações societárias	157.014	8.632	-	-
Descontos Legais Transação Tributária	-	-	112.668	-
Juros sobre capital próprio	-	-	2.055	-
Outras diferenças permanentes	(742)	-	75	1.698
Prejuízo fiscal não constituído	-	(4.544)	-	(378)
Prejuízos anteriores não constituídos	51.000	-	142.781	-
Despesa efetiva de IR e CSLL	51.000	-	124.398	(4.208)
IRPJ e CSLL - Diferido	51.000	-	137.955	1.424
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(13.557)	(5.632)
Alíquota de imposto efetiva	11%	0%	32%	0%

17 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Processos judiciais a pagar	-	-	1.418	647
Provisões de despesas	-	-	1.321	1.208
Seguros a pagar	41	44	175	80
Dividendos a pagar (a)	9.226	-	14.288	-
Outras obrigações	1.022	1.004	1.019	3.297
Trava Cambial (b)	-	-	-	9.544
Total	10.289	1.048	18.221	14.776

- a) O valor registrado nesta rubrica corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios calculados sobre o lucro líquido ajustado do exercício de 2025, conforme descrito na nota explicativa nº 20e) – Patrimônio Líquido.
- b) O montante de R\$ 9.544 registrado em 31 de dezembro de 2024, período comparativo, refere-se ao efeito negativo entre a taxa de câmbio contratual vinculada aos contratos de trava cambial, frente a taxa de câmbio de fechamento do mês. Em 31 de dezembro de 2025, o ajuste de trava cambial foi reconhecido em rubrica de ativo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7 – Outros ativos.

18 Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A Companhia e suas controladas adotam a prática de aprovação da remuneração global anual dos administradores em Assembleia Geral Ordinária, sendo que na Minupar a remuneração aprovada é individualizada em Reunião do Conselho de Administração. O valor global anual é o limite máximo a ser observado durante o ano e não, efetivamente, os valores realizados.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da Administração recebida no exercício de 2025 em comparação ao exercício de 2024:

	31/12/25		31/12/24	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	628	628	350	350
Diretoria executiva	256	3.565	140	1.772

b) Operações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
Ativo não circulante	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Valepar S/A	-	517	-	-
Companhia Minuano (a)	43.345	5.260	-	-
Total	43.345	5.777	-	-
Passivo não circulante	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Companhia Minuano	-	11.548	-	-
Mútuo Contingente (b)	49.829	49.829	49.829	49.826
Total	49.829	61.377	49.829	49.826

- a) Crédito oriundo da transferência de prejuízo fiscal da controladora Minupar Participações S/A para compensação de débitos tributários da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, conforme termo de transação tributária firmado com a PGFN. Ressalta-se que não houve transferência financeira entre as partes, sendo o montante de R\$ 51.000 registrado como direito de reembolso entre partes relacionadas, o qual segue demonstrado na nota explicativa nº 1.2 – Continuidade operacional;
- b) Em relação à Rubrica “Mútuo contingente”, encontra-se registrado contrato de mútuo firmado com acionista e ex-administrador, cujo saldo totaliza R\$ 49.829. Esse passivo foi originalmente reconhecido no passivo não circulante no primeiro trimestre de 2012, com base nas condições contratuais vigentes, tendo como valor original R\$ 1.365, acrescido de juros remuneratórios de 2,34% ao mês, e um prazo de vencimento de 24 meses.

Divergências contratuais originaram a Execução de Título Extrajudicial nº 5002118-55.2017.8.21.0017, ajuizada contra a Companhia em 16/12/2016, visando a cobrança integral do mútuo (principal e encargos). Em resposta, a Companhia apresentou Embargos à Execução nº 5002113-33.2017.8.21.0017, que foram recebidos sem efeito suspensivo. O processo de execução foi extinto sem resolução de mérito em outubro de 2024, e diante da incapacidade da parte autora em comprovar as condições do contrato, em 13 de novembro de 2024, foi deliberada a baixa definitiva do processo judicial nº 5002118-55.2017.8.21.0017. Em outubro de 2024, a Companhia tomou conhecimento de uma nova ação ajuizada pelo mutuante (Execução de Título Extrajudicial nº 5012460-81.2024.8.21.0017 – “Segunda Execução”), visando à cobrança do valor principal, atualizado com índices inferiores aos estipulados no contrato original. O valor da causa da Segunda Execução foi de R\$ 8.229, correspondente ao montante histórico de R\$ 1.365 atualizado monetariamente pelo IGP-M, e acrescido de juros remuneratórios de 1% ao mês desde a assinatura do contrato, em 22/03/2012. O montante atualizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 9.853.

Considerando que a nova demanda judicial ajuizada delimita a cobrança a um montante significativamente inferior ao originalmente apurado com base nas premissas contratuais, a Companhia, respaldada por pareceres técnicos especializados, permanecerá contabilizando o valor de R\$ 49.829, por representar a avaliação mais prudente da exposição da Companhia e se mostrar suficiente para cobrir integralmente a eventual desembolso para a liquidação desta obrigação.

Esta decisão decorre da avaliação da complexidade jurídica do tema e da incerteza associada aos potenciais desdobramentos processuais. Além disso, esta abordagem evidencia uma gestão conservadora, atenta às implicações financeiras relacionadas ao montante deste débito e às melhores práticas contábeis.

A Administração ressalta que quaisquer alterações futuras nas condições jurídicas do processo serão avaliadas tempestivamente, com os respectivos reflexos contábeis e divulgação apropriada.

19 Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando necessário, tais discussões foram amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foram apuradas as seguintes provisões para contingências:

Natureza	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Trabalhista	7.869	4.975
Cível	1.458	732
Tributária	342	342
Total	9.669	6.049

A movimentação consolidada das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

	Saldos iniciais	Provisões	Reversões	Saldos finais
	31/12/24			31/12/25
Contingências Trabalhistas	4.976	5.096	(2.203)	7.869
Contingências Cíveis	731	953	(226)	1.458
Contingências Tributárias	342	50	(50)	342
Total	6.049	6.099	(2.479)	9.669

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, processos judiciais com probabilidade de risco de perda "possível" na quantia de R\$ 37.105 (R\$ 37.854 em 31 de dezembro de 2024), destes, R\$ 13.507 (R\$ 17.207 em 31 de dezembro de 2024) são relativos à natureza cível e R\$ 23.541 (R\$ 20.589 em 31 de dezembro de 2024) são relativos à natureza trabalhista.

No âmbito trabalhista, especialmente em razão do segmento de atuação de controlada, a Companhia figura como reclamada em demandas que, em geral, envolvem pedidos de reconhecimento de horas extras e respectivos reflexos, questionamentos quanto à validade de regimes de compensação de jornada, indenizações decorrentes de alegados acidentes de trabalho, entre outras.

Em relação às ações de natureza cível, a Companhia e suas controladas podem figurar em discussões relacionadas a temas rotineiros de suas operações, tais como pedidos de indenização por supostas cobranças ou inscrições indevidas em cadastros de inadimplentes, alegações de descumprimento contratual e pleitos de reparação por danos morais e materiais, dentre outros.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas nº 14 e 15.

20 Patrimônio líquido

a) Capital social

Conforme fato relevante divulgado em 21 de outubro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 20 de outubro de 2025, foi aprovado o desdobramento da

totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia e a consequente alteração de seu Estatuto Social. A alteração consistiu no desdobramento na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 10 (dez) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social, que permanece em R\$ 120.107.800,00 (cento e vinte milhões, cento e sete mil e oitocentos reais), e sem modificação na participação percentual dos acionistas.

Em decorrência do desdobramento, a AGE aprovou a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, uma vez que o capital social passou de 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, para 71.001.000 (setenta e um milhões, um mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal. As ações passaram a ser negociadas ex-desdobramento a partir de 27 de outubro de 2025.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas por meio das NBC TGs aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva legal

Constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social de 2025, até o limite de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo desta reserva corresponde a 1,83% do capital social da Companhia.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se que tal benefício, concedido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não é cumulativo, e sua utilização somente é permitida nos períodos em que a controlada não apurar saldo credor de ICMS.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo acumulado do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 6.234, e sua apuração ocorreu ao longo do exercício de 2022, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada "Reserva de Incentivos Fiscais".

e) Reserva de Investimento

Em conformidade com o estatuto social da Companhia, a Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de

10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

f) Reserva de Contingências – Eventos Climáticos

Em conformidade com o disposto no artigo 195 da Lei nº 6.404/76 e com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia constituiu Reserva de Contingências com o objetivo de reter parcela do lucro líquido do exercício para compensar, em exercícios futuros, eventuais perdas decorrentes de eventos climáticos extremos, notadamente enchentes, cujo fato gerador é conhecido e cuja ocorrência ou impacto financeiro dependem de eventos futuros incertos.

A constituição da referida reserva decorre da avaliação da Administração acerca dos riscos associados à recorrência de eventos climáticos severos que possam afetar as operações, ativos e infraestrutura da Companhia, considerando, entre outros fatores, a localização de determinadas unidades operacionais em áreas suscetíveis a alagamentos, bem como o histórico recente de eventos climáticos adversos.

O montante destinado à Reserva de Contingências foi definido com base em estimativas razoáveis elaboradas pela Administração, não representando o reconhecimento de provisão ou passivo, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Reserva de Contingências será revertida para o resultado do exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou quando da efetiva materialização dos eventos que deram origem à sua constituição, em conformidade com a legislação societária vigente.

g) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido é absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, impactado positivamente pelos efeitos da formalização do termo de transação tributária por parte da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a Companhia apurou lucro líquido suficiente para reverter integralmente o saldo de prejuízos acumulados, tornando-se possível a proposta de distribuição de dividendos.

Dessa forma, a Administração proporá a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, calculados com base no lucro líquido ajustado do exercício, cuja deliberação será submetida à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2026.

A seguir é apresentada a reconciliação dos dividendos registrados, conforme nota explicativa nº 17 – Outros passivos.

	31/12/25
Lucro líquido do exercício	510.624
(-) Prejuízos acumulados	(471.777)
(-) Reserva legal (5%)	(1.942)
Lucro base dividendos	36.904
Dividendos mínimos obrigatórios na controladora (25%)	9.226
Dividendos atribuíveis aos acionistas não controladores das controladas	5.062 (i)
Dividendos totais consolidados	14.288

A apuração do dividendo mínimo obrigatório é realizada individualmente por cada empresa do grupo, em conformidade com as disposições de seus respectivos estatutos sociais e com a legislação societária vigente. No consolidado, o montante apresentado inclui não apenas os dividendos mínimos obrigatórios atribuíveis aos acionistas da controladora, mas também os valores atribuíveis aos acionistas não controladores das sociedades controladas. Nas controladas Sulaves S/A e Valepar S/A, o estatuto social estabelece prioridade na distribuição de dividendos aos detentores de ações preferenciais antes da apuração do dividendo mínimo aplicável às ações ordinárias, o que impacta a composição do montante consolidado apresentado.

21 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui a cobertura de seguros para as unidades Granjas, Incubatório e sede administrativa, e considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros.

As unidades fabris, localizadas às margens do rio Taquari, tiveram elevação relevante nos custos de contratação de seguros em decorrência dos eventos climáticos que atingiram suas estruturas, e, além disso, as apólices disponíveis não contemplam cobertura para enchentes e/ou ciclones. Tais situações acabam por inviabilizar a contratação de novos seguros, porém, a Companhia segue adotando medidas de gerenciamento de riscos, realização de adequações, e na busca por um custo razoável nas novas apólices.

As informações relacionadas aos seguros contratados foram obtidas da Administração da Companhia e não foram objeto de procedimentos específicos por parte dos auditores independentes.

22 Instrumentos financeiros

A Administração desses instrumentos é efetuada pela controlada indireta, por meio de controles internos que visam assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado.

A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

- a) Risco de crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes. Este risco é mitigado pelas políticas de análise e revisão periódica de cadastros para liberação de crédito, assim como políticas de cobrança de clientes. A exposição ao risco de crédito segue demonstrada nas notas explicativas número 3 – Contas a receber; 7 – Outros Ativos, e 18 – Partes Relacionadas.

b) Análise de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito disponíveis e monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados, assegurando o cumprimento de suas obrigações nos prazos contratados.

A tabela a seguir apresenta a análise de liquidez dos passivos financeiros da Companhia, considerando os fluxos de caixa contratuais não descontados, agrupados por faixas de vencimento.

	Controladora				
	Saldo	Fluxo			Acima de 2
	contábil	projetado	Até 1 ano	Até 2 anos	anos
Fornecedores	231	231	231	-	-
Arrendamentos (NE 13)	-	-	-	-	-
Partes Relacionadas (NE 18b)	49.829	49.829	-	-	49.829
Parcelamentos Tributários (NE 15)	133	159	36	39	83
Outros Passivos (NE 17)	1.063	1.063	1.063	-	-
Total	51.256	51.282	1.330	39	49.912

	Consolidado				
	Saldo	Fluxo			Acima de 2
	contábil	projetado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	anos
Fornecedores	19.752	19.752	19.752	-	-
Arrendamentos (NE 13)	5.056	6.559	2.533	2.510	1.516
Partes Relacionadas (NE 18b)	49.828	49.828	-	-	49.828
Parcelamentos Tributários (NE 15)	103.844	130.276	8.849	10.195	111.231
Outros Passivos (NE 17)	3.933	3.933	3.933	-	-
Total	182.413	210.348	35.067	12.706	162.575

- c) **Risco de preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, monitoram continuamente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar movimentos de preços e ajustar suas estratégias a fim de minimizar os riscos;
- d) **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 34% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. A Companhia realiza análises e acompanhamentos periódicos do saldo de recebíveis em dólar, e os contratos de trava cambial não vinculados às operações, são efetuados pontualmente para mitigar os riscos da variação cambial.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui 13 contratos de trava cambial ativos em 31 de dezembro de 2025, totalizando o montante de US\$ 4.227. Tais contratos possuem taxas que variam de R\$ 5,44 a R\$ 5,90, e prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 48 meses.

No consolidado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros vinculados ao dólar, compostos por caixa e equivalentes de caixa e por contas a receber de clientes no mercado externo, apresentam a seguinte composição:

2024

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor Justo	Taxa Efetiva	Valor em R\$	Efeito Trava
Recebíveis com trava	15.809	5,5880	88.343	6,1917	97.887	(9.544)
Recebíveis sem trava	3.211	6,1917	19.884	6,1917	19.884	-
Total	19.021		108.227		117.771	(9.544)

2025

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor Justo	Taxa Efetiva	Valor em R\$	Efeito Trava
Recebíveis com trava	4.227	5,6200	23.754	5,5018	23.254	500
Recebíveis sem trava	5.413	5,5018	29.780	5,5018	29.780	-
Total	9.639		53.534		53.034	500

Análise de sensibilidade

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo do contas a receber e bancos em moeda estrangeira (dólar), os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de dezembro de 2025, a qual indica o montante consolidado de R\$ 53.534.

Como cenário base, foi considerada a taxa cambial de fechamento em 31 de dezembro de 2025, e a partir desse cenário, foram simulados aumentos adicionais de 10% e 20% na taxa de câmbio.

O cenário de aumento de 10% representa uma variação moderada da taxa de câmbio, compatível com oscilações frequentes do mercado, enquanto o cenário de aumento de 20% reflete uma variação mais adversa, porém ainda razoavelmente possível, utilizada para demonstrar a sensibilidade da exposição cambial da Companhia a impactos mais relevantes. Esses percentuais são amplamente utilizados como referência para fins de divulgação contábil, permitindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras, e foram definidos com base na avaliação da volatilidade histórica da taxa de câmbio do dólar observada nos últimos cinco anos, período no qual se verificaram oscilações compatíveis com os cenários de variação considerados pela Companhia.

O quadro a seguir demonstra o impacto estimado no resultado e no patrimônio líquido das variações sobre os saldos de contas a receber, câmbios a liquidar e instrumentos de proteção cambial existentes no exercício de 2025.

Contas a receber	Taxa de fechamento	Saldo em U\$ 31/12/2025	Taxa esperada	Efeito esperado	Aumento em 10% (R\$)	Aumento em 20% (R\$)
Bancos moeda estrangeira	5,5018	232	5,5018	-	127	255
Câmbios a liquidar	5,5018	6.690	5,5018	-	3.681	7.361
Contas a receber	5,5018	2.717	5,5018	-	1.495	2.990
Travas Cambiais	5,6200	(4.227)	5,5018	500	(1.826)	(4.151)
Total		5.412		500	3.477	6.455

- e) Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

A exposição ao risco de taxa de juros está relacionada, principalmente, às aplicações financeiras remuneradas pelo CDI e às obrigações tributárias e parcelamentos tributários atualizados pela taxa Selic. Considerando que o CDI apresenta elevada correlação histórica e comportamento muito próximo

ao da taxa Selic, a Administração avalia o risco de variação das taxas de juros de forma conjunta, adotando uma abordagem consolidada para fins de análise de sensibilidade. Os cenários de sensibilidade foram elaborados com base nas expectativas de mercado divulgadas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil, na data-base de 31 de dezembro de 2025.

O quadro a seguir demonstra os ativos e passivos consolidados, sujeitos à variação das taxas de juros, bem como o efeito estimado no resultado e no patrimônio líquido decorrente dos cenários considerados, evidenciando que a Companhia apresenta exposição líquida passiva às oscilações das taxas, em função, principalmente, do volume de parcelamentos tributários.

Contas a receber	Taxa de juros	Saldo em	Taxa esperada	Efeito esperado	Aumento em	Aumento em
		31/12/2025			10%	20%
Aplicações financeiras	CDI	82.550	12,25%	10.112	11.124	12.135
Obrigações tributárias	Selic	(6.967)	12,25%	(853)	(939)	(1.024)
Parcelamentos tributários	Selic	(103.844)	12,25%	(12.721)	(13.993)	(15.265)
Total		(28.261)		(3.462)	(3.808)	(4.154)

23 Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em comparação ao exercício de 2024:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Receita bruta de produtos e serviços	453.230	368.577
Produtos industrializados	231.218	171.084
Serviço de Industrialização	222.012	197.493
(-) Deduções da Receita Bruta	(16.886)	(13.689)
(-) Produtos industrializados	(14.181)	(11.443)
(-) Serviço de Industrialização	(2.705)	(2.246)
Receita líquida de produtos e serviços	436.344	354.888
Produtos industrializados	217.037	159.641
Serviço de Industrialização	219.307	195.247

24 Despesas por função e por natureza.

A seguir estão apresentadas as despesas por função e por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Despesas por função				
Custos	-	-	(317.295)	(261.122)
Despesas gerais e administrativas	(1.720)	(1.034)	(28.349)	(18.997)
Despesas com vendas	-	-	(20.409)	(16.128)
Total	(1.720)	(1.034)	(366.053)	(296.247)
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	(1.091)	(708)	(170.336)	(142.737)
Matéria Prima e materiais	-	-	(80.030)	(63.680)
Manutenção Industrial	-	-	(22.148)	(18.541)
Energia elétrica	-	-	(19.252)	(17.243)
Fretes	-	-	(14.598)	(11.779)
Depreciações	-	-	(10.914)	(7.659)
Serviço de terceiros	(462)	(191)	(27.051)	(16.072)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(4.836)	(3.996)
Equipamento de proteção	-	-	(3.495)	(2.829)
Análises laboratoriais	-	-	(2.389)	(2.048)
Custos aduaneiros	-	-	(1.906)	(2.958)
Locações/Aluguéis	-	-	(1.599)	(1.438)
Outros gastos	(167)	(135)	(7.499)	(5.267)
Total	(1.720)	(1.034)	(366.053)	(296.247)

25 Outras despesas e receitas operacionais

A seguir demonstramos o detalhamento das outras despesas e receitas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Outras despesas operacionais				
Provisões/Reversões de contingências	-	-	(9.412)	(4.605)
Custo na alienação de ativos	-	-	(1.060)	(300)
Reversão de créditos tributários	-	-	(1.071)	(1.802)
Despesas fábricas inativas	-	-	(1.116)	(1.103)
Demais despesas operacionais	(518)	(16)	(799)	(3.585)
Perdas Enchente (a)	-	-	-	(11.154)
Total	(518)	(16)	(13.458)	(22.549)
Outras receitas operacionais				
Créditos Fiscais	-	-	1.541	7.128
Venda de sucata e lenha	-	-	871	965
Receita de aluguel	-	-	1.059	922
Recuperação de Despesas (b)	43	-	13.252	930
Anistia Transação Tributária (c)	-	-	109.211	-
Total	43	-	125.934	9.945
Variação líquida	(475)	(16)	112.476	(12.604)

- a) Perdas Enchente: O montante de R\$ 11.154 registrado no período comparativo, refere-se as perdas e gastos necessários para retomada das atividades nas unidades de Lajeado e Arroio do Meio, as quais foram severamente atingidas pelas cheias do Rio Taquari entre os meses de abril e maio de 2024.
- b) Recuperação de despesas: Compõe o montante desta rubrica, o valor de R\$ 10.827 referente adiantamento de cliente registrado no exercício de 2020, cuja obrigação foi considerada extinta por prescrição do prazo, resultando em baixa contábil no período.
- c) Anistia transação tributária: O valor de R\$ 109.211 registrado nesta rubrica, refere-se aos descontos legais obtidos na formalização da transação tributária junto à PGFN, os quais compreendem reduções de multas e encargos, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2 – Continuidade operacional.

26 Resultado financeiro

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Despesas financeiras				
Juros/encargos dívidas tributárias (a)	(27)	(53)	(15.180)	(21.966)
Juros operações partes relacionadas (b)	-	(12.252)	-	(12.252)
Variações cambiais passivas	-	-	(11.640)	(14.991)
Outras despesas financeiras	(14)	(9)	(3.178)	(2.181)
Total	(41)	(12.314)	(29.999)	(51.390)
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	-	-	8.972	19.010
Receita Aplicação Financeira	54	-	4.079	162
Anistia Transação Tributária (c)	-	-	222.165	-
Outras receitas financeiras	-	-	3.728	2.439
Total	54	-	238.943	21.611
Resultado financeiro	13	(12.314)	208.944	(29.778)

- (a) Refere-se a atualização de débitos tributários em situação de parcelamento, cuja redução significativa em comparação ao período comparativo, está relacionada à reclassificação dos valores incluídos na transação tributária;
- (b) O montante registrado nesta rubrica, refere-se à atualização do contrato de mútuo, descrito de forma detalhada na nota explicativa nº 18b – Operações com Partes Relacionadas.
- (c) O valor de R\$ 222.165 registrado nesta rubrica, refere-se aos descontos legais obtidos na formalização da transação tributária junto à PGFN, os quais compreendem reduções de juros, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2 – Continuidade operacional.

27 Informações por segmento

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de produtos industrializados à base de carnes, nos mercados interno e externo;
- Serviços de Frigorífico – Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes da prestação de serviços de frigorífico, incluindo abate e desossa de aves.

No quadro a seguir, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

28 Lucro líquido por ação

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 – resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro líquido por ação consolidado, em milhares de Reais, acumulado no exercício de 2025:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Quantidade de ações	71.001	7.100
Lucro líquido do exercício	516.149	12.050
Lucro líquido diluído por ação	7,26960	1,69718

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

29 Outros assuntos

29.1. Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece significativas mudanças no sistema tributário nacional. O modelo da reforma tributária está baseado em um IVA - Imposto sobre Valor Agregado, o qual deve incidir apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da produção, descontando o que foi taxado nas etapas anteriores, e evitando a cumulatividade na cobrança dos tributos ao longo das cadeias produtivas. O IVA será repartido em duas competências, sendo uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado o IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Considerando o longo período de transição que compreende os anos de 2026 a 2032, o exercício de 2025, foi um período de adaptações e análises, em razão da edição e regulamentação de leis complementares, bem como de desenvolvimento dos sistemas de arrecadação da CBS e do IBS. Nesse contexto, a Companhia realizou adequações em seus sistemas e processos, incluindo a emissão de documentos fiscais em conformidade com o novo modelo tributário.

A Companhia segue monitorando o tema e realizando levantamentos com o objetivo de identificar potenciais impactos diretos e indiretos da reforma tributária em suas operações, não havendo, até o momento, efeitos reconhecidos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.